

*A história da
Polícia Militar*

**“O TEU NOME ESTÁ
GRAVADO NA HISTÓRIA”**



História e Memória das Origens da Polícia Militar do Pará – 1818*

O marco inicial da história da Polícia Militar do Pará é o ano de 1818, quando o 7º Conde de Villa Flor, o nobre português Antônio José de Sousa Manuel de Menezes Severim de Noronha, empossado no governo do Pará, por ato de Dom João VI, resolveu criar o Corpo de Polícia.

O historiador militar Antônio Ladislau Monteiro Baena registrou no opúsculo *Compêndio das Eras da Província do Pará*, publicado em 1839, reeditado pela UFPA em 1969, que naquele ano, o Conde de Villa Flor:

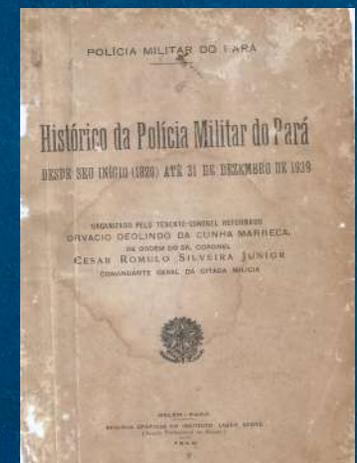
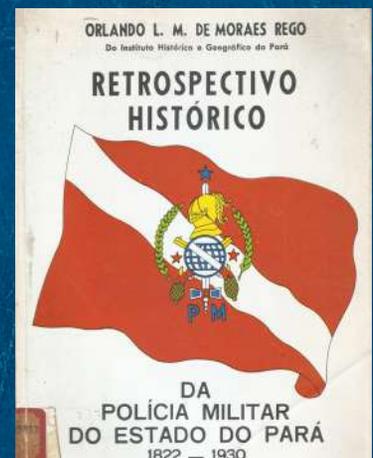
Assiste no dia 10 de março a abertura do curso de Estudos Teoréticos do Corpo de Artilharia, em cujo ato o Primeiro Tenente Antônio Ladislau Monteiro Baena encarregado interinamente das funções de Lente pronunciou um discurso dirigido ao Governador em nome dos Oficiais Militares da Província. Destaca dos Regimentos de Primeira Linha um certo número de praças para formar um Corpo sob o mando do Ajudante do Corpo de Artilharia José Victorino de Amarantes destinado a auxiliar as medidas de polícia correcional e preventiva; coloca estações de Guardas Policiais em diferentes partes da Cidade; e desobriga os mesmos Regimentos de fecundá-las de Patrulhas noturnas. (BAENA, 1839, p. 306).

O trecho destacado permite identificar o 10/03/1818 como a data de criação do embrião da PMPA – o Corpo de Polícia – que, encarregado do policiamento da cidade pelo Conde de Villa Flor, teve como ato complementar desobrigar os outros corpos militares de fazê-lo, principalmente no período noturno.

Por mais de cento e cinquenta e seis anos a obra de Antônio Baena permaneceu ignorada pela tropa e pelos historiadores militares, ocasionando que a Corporação, por desconhecer suas origens, comemorasse o aniversário em anos divergentes.

Anteriormente, acreditou-se que o natalício da Corporação fosse o ano de 1822, conforme estudo realizado pelo membro do Instituto Histórico e Geográfico do Pará, Prof. Orlando de Moraes Rego, na obra *Retrospectivo Histórico da Polícia Militar do Pará*, publicada em 1981. Registrou que aquela Corporação foi organizada nos termos do edital de 29/03/1822, baixado pela Junta Provisória do Governo e denominava-se de Guarda Militar de Polícia (REGO, 1981).

A pesquisa realizada por Orlando de Moraes Rego divergia dos escritos do militar estadual veterano da Guerra de Canudos, o Tenente-Coronel PM Orvácio Deolindo da Cunha Marreca, que no livro de sua autoria, denominado de *Histórico da Polícia Militar do Pará: desde o seu início (1820) até 31 de dezembro de 1939*, publicado em 1940, defendeu que a gênese da Polícia Militar do Pará se deu em época mais recuada, exatamente no ano de 1820, quando o inspetor geral das tropas de linha da Província, o Marechal-de-Campo Manuel Marques, formou o Corpo de Polícia composto por 92 praças desligadas dos corpos e autoridades militares locais (MARRECA, 1940).



Coube a Dantas Feitosa lançar luzes sobre o então obscuro nascimento da PMPA. A prospecção por ele realizada teve o incentivo de diversos Comandantes-Gerais. Iniciada no Comando do Coronel PM Francisco Machado, em 1983, atravessou os comandos dos Coronéis PM Raimundo Nonato e Ailton Guimarães, sendo concluída em 1994 sob a gestão do Coronel PM Cleto Fonseca, tornando-se um marco na redescoberta das origens da Corporação.

O resultado do trabalho de Dantas Feitosa, publicado em 1994 no livro "Antecedentes Históricos da Polícia Militar do Pará", constituiu-se de uma coletânea de assuntos relativos à Corporação, além de outras matérias mais gerais como a descrição heráldica do brasão do Estado do Pará, um brasão da PM de 1877 e, entre eles, a cópia *fac-símile* do escrito de Antônio Ladislau Monteiro Baena que apresentava incontestemente a data de criação da PM.

Daí em diante, não mais foram aceitas as datas de 1820 e 1822, pois a antiguidade dos relatos de Antônio Baena se sobrepôs às pesquisas posteriores, sendo inclusive contemporâneo dos fatos ali narrados, testemunha privilegiada e qualificada daqueles acontecimentos.

Para a aceitação dessa data de criação da Corporação, o fato da narrativa de Antônio Baena sair de 10/03/1818 para o dia 17/04/1818 registrando, nesta última data, a chegada no Pará da Condessa de Villa Flor, Dona Maria José do Livramento e Mello, a bordo do brigue de guerra "Palhaço", vindo ela a falecer posteriormente em solo paraense, para alguns historiadores é clara a data de criação como dia 10 de março, para outros, entretanto, seria o advento da Corporação compreendido entre o 10 de março e o 17 de abril. Fato é que Baena, sendo testemunha dos fatos, não erraria essa data, principalmente quando ele esteve envolvido em parte dos episódios narrados.



Brasão do Corpo de Polícia
1877



Brasão metálico de
barretina do uniforme
de gala do BP Guardas (1981)
Acervo do Centro de Memória da PM



Brasão bordado dos uniformes
operacionais (1989)
Acervo do Centro de Memória da PM



Brasão bordado dos uniformes
operacionais (2003)
Acervo do Centro de Memória da PM





O Governador Conde de Villa Flor assistiu o discurso do Lente militar, destacou efetivo para compor o Corpo de Polícia, colocou estações de Guardas Policiais pela cidade, e finalmente, desobrigou as demais tropas de realizarem o policiamento noturno. O conjunto dessas ações agrupadas numa única narrativa de feitos interligados só é interrompido pela chegada da esposa do chefe do governo.

A precisão da exposição de Baena é robustecida com a menção que faz sobre o estabelecimento de uma cavalaria, na mesma página 306, em que apresentou a criação do Corpo de Polícia, destacando que o Conde de Villa Flor:

Cria um Esquadrão de Cavalaria; encarrega do comando dele o Major Joaquim Mariano de Oliveira Bello debaixo das suas ordens na qualidade de primeiro comandante; e dá-lhe para quartel o edifício de São José onde se armaram as cavaliças depois de transmutado o Corpo de Artilharia para o pátio da Ordem Terceira de São Francisco (BAENA, 1839, p. 306).

A outra publicação de sua pena intitulada Ensaio Corográfico sobre a Província do Pará, (1843), republicado pelo Senado Federal em 2014, compunha com o Compêndio das Eras praticamente a mesma obra, mas teve que ser interrompida pelo conturbado período de agitação política pela qual passava o Pará entre o processo de independência e a Cabanagem. Assim, foi conveniente que ele publicasse às suas expensas o Compêndio das Eras, constituindo-se na parte histórica do Ensaio Corográfico (BARROS, 2006).

O Ensaio Corográfico destaca ainda que "Em 1818 se criou um esquadrão de cavalaria, do qual era o primeiro comandante o Governador e Capitão General da Província" (BAENA, 1843 (2014), p. 133).

A criação dessa cavalaria encontra-se registrada também em documento oficial, na coletânea denominada Colleção das Leis do Brazil de 1817, onde consta o decreto de 12/09/1817, no qual D. João VI registrou:

Tendo consideração ao que me representou o Conde de Villa Flor que tenho nomeado Governador e Capitão General da Capitania do Pará, sobre a necessidade de haver ali um Corpo de Cavalaria de Linha, que será composto de duas companhias, e de que deve ser Comandante o Governador e Capitão General da sobredita Capitania, sendo tudo o mais na conformidade do Plano que baixa com este assinado por João Paulo Bezerra, do meu Conselho, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Fazenda, encarregado interinamente da Repartição dos Negócios Estrangeiros e da Guerra. O Conselho Supremo Militar o tenha assim entendido e faça executar expedindo os despachos necessários. Palácio do Rio de Janeiro 12 de setembro de 1817. Com a rubrica de Sua Majestade. (BRASIL, 1890, p. 55).

A precisão de Baena nos relatos da criação dessa tropa de Cavalaria constitui mais uma evidência da sua assertiva quanto à criação da polícia em 1818, origem remota da Polícia Militar paraense, no governo do Conde de Villa Flor, nobre português que no Pará teve uma curta passagem pelo governo (1817-1820), mas com destacadas ações a serviço da coroa, sendo habilidoso e experimentado líder militar.



Os préstimos de Villa Flor iniciaram com sua participação nos combates da Guerra Peninsular de 1809 a 1814 em Portugal, e no Brasil, pelo sufocamento da Revolução Pernambucana de 1817, passando pelo governo do Pará e, posteriormente, ao lado de D. Pedro I, consagrou-se como herói da libertação de Lisboa em 1834, ao combater as tropas de D. Miguel, que usurpava a coroa portuguesa.

O reconhecimento por parte de D. Pedro I (em Portugal denominado de D. Pedro IV) e pela sua sucessora, a Rainha D. Maria II, conferiram-lhe o título de Duque da Terceira, como é conhecido em Portugal, onde sua memória foi perpetuada com um busto no Senado português, estátua e praça em Lisboa com seu nome e o mausoléu onde repousa o criador da Polícia Militar do Pará.

Túmulo do Duque da Terceira

